

**DICIONÁRIO
DE CIÊNCIA POLÍTICA
E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

DICIONÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Apoio



DICIONÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO

Fernando de Sousa, Pedro Emanuel Mendes, Judite Gonçalves de Freitas,
Diogo Ferreira, Ricardo Rocha, António Tavares

© CEPESE e Edições Almedina, 2021

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79 – 3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 • Fax: 239 851 901

www.almedina.net • editora@almedina.net

REVISÃO

CEPESE

CAPA

Edições Almedina

PAGINAÇÃO

Patrícia Boletto

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

??????

Março 2022

DEPÓSITO LEGAL

000000/22

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

DICIONÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dicionário de ciência política e relações internacionais / coord. Fernando de Sousa... [et al.]

ISBN 978-989-40-0289-5

I - SOUSA, Fernando de, 1942-

CDU 32

Autores

Alexandra Abranches [A.A.] (U. Minho)
Alexandre de Sousa Carvalho [A.S.C.] (U. Coimbra)
Alice Cunha [A.C.] (IPRI-NOVA)
Álvaro Campelo [A.Ca.] (U. Fernando Pessoa/CRIA-UM/CEPESE)
Ana Almas [A.Al.] (U. Lusófona do Porto/CICANT)
Ana Paiva [A.P.] (U. Aberta/CEPESE)
Anabela Fernandes Guedes [A.F.G.] (IP Viseu)
André Pereira Matos [A.P.M.] (IJP, U. Portucalense)
António Portugal Duarte [A.P.D.] (CeBER/U. Coimbra)
António Queiroz e Menezes [A.Q.M.] (CEPESE)
António Tavares [A.T.] (U. Lusófona do Porto/CEPESE)
Artur Villares [A.V.] (ISLA Gaia/CEPESE)
Bruno Carriço Reis [B.C.R.] (U. Beira Interior)
Bruno Ferreira Costa [B.F.C.] (Praxis, U. Beira Interior)
Bruno Rodrigues [B.R.] (CEPESE)
Carlos Coelho [C.C.] (ex-eurodeputado)
Carmen Amado Mendes [C.A.M.] (U. Coimbra)
Célia Belim [C.B.] (U. Lisboa, ISCSP, CAPP)
Cíntia Martins [C.M.] (NOVA-FCSH, IPRI)
Cláudia Toriz Ramos [C.T.R.] (U. Fernando Pessoa/CEPESE)
Conceição Meireles Pereira [C.M.P.] (CITCEM/FLUP, U. Porto)
Cristina Aragão Seia [C.A.S.] (U. Lusíada Porto)
Cristina Góis [C.G.] (CBSIISCAC/CEPESE)
Daniela Nascimento [D.N.] (U. Coimbra/CES)
Diogo Ferreira [D.F.] (CEPESE)
Diogo Lourenço [D.L.] (CEF/U. Porto, U. Portucalense)
Fátima Castro Moreira [F.C.M.] (IJP, U. Portucalense)
Fátima Conde [F.Co.] (CBSIISCAC/CEPESE)
Fernando Campos [F.Ca.] (U. Lusófona)
Fernando de Sousa [F.S.] (CEPESE)
Francisco Assis [F.A.] (U. Lusíada Porto)
Francisco Castelo Branco [F.C.B.] (U. Lusíada Porto)
Francisco Cuogo [F.C.] (U. Minho)
Heloise Vieira [H.V.] (U. Coimbra)
Inês Fernandes Godinho [I.F.G.] (U. Lusófona/CEAD Francisco Suárez)
Isabel Babo [I.B.] (U. Lusófona do Porto)
Isabel Camisão [I.C.] (U. Coimbra)
Isabel Costa Leite [I.C.L.] (U. Fernando Pessoa/CEPESE)
Jerónimo Molina [J.M.] (Universidad de Murcia)
João Amorim Esteves [J.A.E.] (U. Lusíada Porto)

João Carlos Loureiro [J.C.L.] (U. Coimbra)
João Casqueira Cardoso [J.C.C.] (U. Fernando Pessoa/CEPESE)
João Relvão Caetano [J.R.C.] (U. Aberta, Cátedra de Estudos Globais/CEPESE)
João Tavares [J.T.] (CEPESE)
Joaquim José Jacinto Escola [J.J.J.E.](UTAD)
Jorge Cerdeira e Sousa [J.C.S.] (IP Porto)
José Caramelo Gomes [J.C.G.] (U. Portucalense)
José Carlos Marques [J.C.M.] (IP Leiria/CICS.NOVA.IPLeiria)
José da Cruz Lopes [J.C.Lo.] (IP Viana do Castelo/CEPESE)
José Luís Carneiro [J.L.C.] (U. Lusíada do Porto)
José Marques Guimarães [J.M.G.] (CEPESE)
José Palmeira [J.P.] (CICP/U. Minho)
José Pedro Teixeira Fernandes [J.P.T.F.] (ISCET)
Jovana Jezdimirovic Ranito [J.J.R.] (University of Twente)
Judite Gonçalves de Freitas [J.G.F.] (U. Fernando Pessoa/CEPESE)
Lorenzo López Trigal [L.L.T.] (Universidad de León)
Luís da Vinha [L.V.] (Flinders University, Austrália)
Luís Filipe Madeira [L.F.M.] (U. Beira Interior)
Luís Pacheco [L.P.] (REMIT, IJP, U. Portucalense)
Luís Santos [L.S.] (investigador/empresário)
Manuel Monteiro [M.M.] (U. Lusíada Porto)
Manuel Silvestre Conde [M.S.C.] (IP Viseu)
Maria da Luz Ramos [M.L.R.] (ISCSP)
Maria Esther Quinteiro [M.E.Q.] (U. Salamanca/U. Portucalense/CEPESE)
Maria João Barata [M.J.B.] (ISMT/CEPESE)
Maria Luísa Vasconcelos [M.L.V.] (U. Fernando Pessoa)
Maria Ortelinda Barros Gonçalves [M.O.B.G.] (CEPESE)
Maria Raquel Freire [M.R.F.] (U. Coimbra)
Mário Nuno Neves [M.N.N.] (C. M. Maia)
Mário Rui Pinto da Silva [M.R.P.S.] (ISCAD)
Miguel de Oliveira Rocha [M.O.R.] (U. Açores)
Natália Bueno [N.B.] (CES – U. Coimbra)
Nuno Amaral Jerónimo [N.A.J.] (LabCom, U. Beira Interior/Vilnius Tech)
Patrícia Fernandes [P.F.] (U. Beira Interior/U. Minho)
Paula Duarte Lopes [P.D.L.] (U. Coimbra)
Paula Marques dos Santos [P.M.S.] (IP Viseu/CEPESE)
Paulo Amorim [P.A.] (U. Lusíada Porto/CEPESE)
Paulo J. A. da Cunha [P.C.] (CEPESE)
Paulo Duarte [P.D.] (U. Lusófona do Porto/U. Minho)
Paulo Vila Maior [P.V.M.] (U. Fernando Pessoa/CEPESE)
Pedro Emanuel Mendes [P.E.M.] (U. Nova de Lisboa)
Pedro Ponte e Sousa [P.P.S.] (U. Portucalense, NOVA-FCSH, IPRI)
Pedro Silveira [P.S.] (U. Beira Interior)
Ricardo Rocha [R.R.] (CEPESE)
Rui Albuquerque [R.A.] (U. Lusófona do Porto)
Rui Leandro Maia [R.L.M.] (U. Fernando Pessoa/CITCEM)
Rui Marrana [R.M.] (CEJEA, U. Lusíada)
Samuel de Paiva Pires [S.P.P.] (U. Beira Interior)
Sandrina Antunes [S.A.] (CICP/U. Minho)

Sérgio Neiva Ribeiro [S.N.R.] (U. Minho)
Sílvia Rodriguez Maeso [S.R.M.] (CES – U. Coimbra)
Sílvia Roque [S.R.] (CES – U. Coimbra)
Sofia José Santos [S.J.S.] (CES – U. Coimbra)
Tatiana Moura [T.M.] (CES – U. Coimbra)
Teresa Almeida Cravo [T.A.C.] (U. Coimbra/CES)
Teresa Ruel [T.R.] (ISCSP – U. Lisboa)
Tiago André Lopes [T.A.L.] (IJP, U. Portucalense)
Tiago Pires Marques [T.P.M.] (CES – U. Coimbra)
Vanda Amaro Dias [V.A.D.] (CES – U. Coimbra)
Williams Gonçalves [W.G.] (U. Federal Fluminense)

Lista de entradas

Absolutismo
Abstenção Construtiva
Abstencionismo
Ação Comum
Ação Humanitária
Ação Pública
Accountability
Aceitação das Convenções Internacionais
Acervo Comunitário (ou Europeu)
Acontecimento
Acórdão
Acordo Comercial de Aproximação
 Económica Austrália-Nova Zelândia
 (ANZCERTA)
Acordo de Comércio Livre da Europa
 Central (Acordo de Visegrado)
Acordo de Comércio Livre
 Norte-Americano
Acordo em Forma Simplificada
Acordo EUA-México-Canadá (USMCA)
Acordo Geral Sobre Pautas Aduaneiras
 e Comércio (GATT)
Acordos de Helsínquia
Acordo Internacional
Acordo de Paris
Acordos de Limitação de Armas Estratégicas
Acreditação
Adesão
Administração Pública
Adoção dos Textos Convencionais
Agência Europeia de Defesa (AED)
Agência Internacional da Energia Atómica
 (AIEA)
Agência Multilateral para a Garantia dos
 Investimentos (AMGI) ↗ Banco Mundial
 (Grupo)
Agenda Política
Agente Diplomático
Agressão
Água
Ajuda Pública ao Desenvolvimento
Aliança
Aliança Eleitoral
Alteração Fundamental das Circunstâncias
Alterações Climáticas
Alternância Política
Alternativa Bolivariana para os Povos de
 Nossa América – Tratado de Comércio
 dos Povos (ALBA)
Alto Comissariado das Nações Unidas
 para os Direitos Humanos
Alto Comissariado das Nações Unidas
 para os Refugiados (ACNUR)
Alto Representante da União Europeia
 para os Negócios Estrangeiros
Ambiente
Ameaça
Amnistia Internacional
Análise da Política Externa (APE)
Análise Sistémica
Anarquia Internacional
Anarquismo
Anexação
Anomia Internacional
Anticolonialismo
Anti-Imperialismo
Antigo Regime
Antropologia
Aparelho Político
Apartheid
Aplicabilidade Direta
Aplicabilidade Imediata
Apolitismo
Aprovação
Aquecimento Global
Arbitragem
Área de Livre Comércio
Área Protegida/Classificada Internacional
Área de Tarifas Preferenciais
Aristocracia
Armas Convencionais e Armas de
 Destrução Maciça
Armistício
Arquitetura Europeia
Asilo
Assimilação
Assinatura de Convenções Internacionais
Associação dos Estados das Caraíbas (AEC)
Associação Europeia de Comércio Livre
 (EFTA)

- Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID)
 ↗Banco Mundial (Grupo)
- Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)
- Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)
- Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)
- Associação dos Países da Orla do Oceano Índico (IORA)
- Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (ASACR)
- Ativismo em Rede
- Ato/Ata
- Ato Formal de Confirmação
- Atores das Relações Internacionais
- Atos Concertados Não Convencionais
- Atos Jurídicos Unilaterais
- AUKUS (Aliança Militar)
- Autarcia
- Autarquia
- Autocracia
- Autodeterminação
- Autogestão
- Autonomia
- Autoridade
- Autoritarismo
- Balança Comercial
- Balança de Pagamentos
- Balança de Poder/Equilíbrio de Poder
- Balanceamento de Poder (Balancing e Bandwagoning)
- Balkanização
- Ballotage
- Banco
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAFD)
- Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD)
- Banco Central Europeu
- Banco Europeu de Investimentos
- Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ↗Banco Mundial (Grupo)
- Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID)
- Banco Mundial (Grupo)
- Banco de Pagamentos Internacionais (BIS)
- Behaviorismo
- Belicismo
- Beligerante
- Bem(s) Comum(s)
- Benelux
- Bicameralismo
- Bilateralismo
- Bill Of Rights
- Bipartidismo
- Bipolaridade
- Blitzkrieg
- Bloco
- Bloqueio
- Boa-Fé
- Boicote
- Bonapartismo
- Bons Ofícios ↗Resolução Pacífica de Conflitos
- Bretton Woods (Sistema)
- Brexit
- BRIC/BRICS
- Burguesia
- Burocracia
- Caciquismo
- Cameralismo
- Capital Econômico
- Capital Político
- Capital Social
- Capitalismo
- Carisma
- Carta ↗Convenções Internacionais
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
- Carta Europeia sobre o Governo a Vários Níveis
- Carta Mundial para a Natureza
- Carta das Nações Unidas (ou de São Francisco)
- Casta
- Caudilhismo
- Centralização
- Centro Político-Partidário
- Centro-Periferia
- Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI) ↗Banco Mundial
- Cesarismo
- Cessação da Vigência das Convenções
- Checks and Balances
- Chefe de Estado
- Chefe de Governo
- Chefe de Missão Diplomática
- Chefe de Posto Consular
- Choque das Civilizações
- Choques Percecionais
- Choques Petrolíferos
- Cidadania

- Cidadania da União Europeia
 Cidade Antiga
 Cidade-Estado
 Cidade Global
 Ciência
 Ciência Política
 Ciências Sociais e Humanas
 Civilização
 Civilização (Princípios de)
 Civilização (Zonas de)
 Classe
 Classe Política
 Cláusula Colonial
 Cláusula de Defesa Mútua
 Cláusula Federal
 Cláusula da Nação Mais Favorecida
 Cláusula de Receção
 Cláusula de Sujeição
 Cláusula de Transformação
 Cláusula Rebus Sic Stantibus ↗Alteração Fundamental das Circunstâncias
 Cláusulas Finais
 Cleptocracia
 Clivagens Políticas
 Clube de Paris
 Coação Económica e Política
 Coação do Estado e do Representante
 Codificação do Direito Internacional
 Coesão Económica e Social
 Coesão Política UE-27
 Coligação (Governo)
 Colonialismo
 Colonialismo Interno
 Comércio Internacional
 Comissão do Oceano Índico (COI)
 Comissão Europeia
 Comissões Parlamentares
 Comité das Regiões (União Europeia)
Commonwealth
 Competitividade
 Comportamento Eleitoral
 Compromisso Arbitral
 Comum (Filosofia do Comunitarismo)
 Comunicação Política
 Comunidade da África Oriental (CAO)
 Comunidade Andina
 Comunidade das Caraíbas (CARICOM)
 Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)
 Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)
 Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
 Comunidade Económica Europeia (CEE)
 Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL)
 Comunidade de Estados Independentes (CEI)
 Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)
 Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)
 Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA)
 Comunidade Internacional
 Comunidade do Pacífico
 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
 Comunidade de Segurança
 Comunidade Sul-Americana das Nações ↗União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)
 Comunismo
 Comunitarismo/Comunitarização
 Concerto Europeu
 Conceito Estratégico da Defesa Nacional
 Conceito Estratégico da OTAN ↗Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
 Conciliação ↗Resolução Pacífica de Conflitos
 Confederação
 Conferência de Bandung
 Conferência de Ialta
 Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED)
 Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) ↗Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)
 Conflito
 Conflitos entre Normas Internacionais
 Conflitos entre Normas Nacionais e Internacionais
 Congresso de Viena ↗Concerto Europeu
 Conjuntura Política
 Conselho do Ártico
 Conselho de Cooperação do Golfo
 Conselho de Estado
 Conselho dos Estados do Mar Báltico (CEMB)
 Conselho da Europa
 Conselho Europeu
 Conselho de Ministros (Portugal)
 Conselho Nórdico
 Conselho da União Europeia

- Consenso
 Consenso de Pequim
 Consenso de Washington
 Conservadorismo
 Consociativo (Sistema)
 Consolidação da Paz (Peacebuilding)
 Constituição
 Construtivismo (Teorias das Relações Internacionais)
 Contexto
 Contramedidas
 Contrarrevolução
 Contraterrorismo
 Controlo de Armamento
 Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)
 Convenção Internacional
 Convenções Abertas, Semiabertas e Fechadas
 Convicção (Ética da)
 Cooperação
 Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC)
 Cooperação Estruturada Permanente
 Cooperação Política Europeia (CPE)
 Corporativismo
 Corrida ao Armamento
 Corrupção (Direito Internacional)
 Corrupção Política
 Cortina de Ferro
 Cosmopolitismo
 Costume Internacional
 Crescimento Económico
 Crise
 Crise de Autoridade
 Crise Económica e Crise Financeira
 Critérios de Convergência
 Cultura
 Darwinismo Social
 Debate
 Debate Agente-Estrutura
 Decisão
 Declaração
 Declaração de Compatibilidade
 Declaração Interpretativa
 Declaração de Política Geral
 Declaração Universal dos Direitos Humanos
 Defesa
 Democracia
 Democracia Liberal
 Democracia Participativa ou Direta
 Democracia Popular
 Democracia Representativa e Semirrepresentativa
 Democratização
 Demografia
 Denúncia
 Depositário
 Desanuiamento ↗Détente
 Desarmamento
 Descentralização/Desconcentração
 Descolonização
 Desenvolvimento
 Desenvolvimento do Direito Internacional
 Desenvolvimento Humano
 Desenvolvimento Sustentável
 Desmilitarização
 Destruição Mútua Assegurada
 Détente
 Diáspora
 Diáspora (Políticas)
 Dilema de Segurança
 Diplomacia
 Diplomacia Cultural
 Diplomacia do Dólar (ou Imperialismo do Dólar)
 Diplomacia Económica
 Diplomacia Preventiva
 Direita/Esquerda
 Direito Internacional
 Direito Internacional Público
 Direito do Mar
 Direito Natural
 Direito da União Europeia
 Direito de Voto
 Direitos Aduaneiros
 Direitos Cívicos
 Direitos das Crianças
 Direitos Humanos
 Direitos Políticos
 Direitos Sociais
 Discriminação
 Discurso Político
 Discursos Percecionais
 Dissuasão
 Ditadura
 Divisibilidade das Convenções Internacionais
 Dolo
 Dominação (Tipos)
 Doutrina
 Doutrina Brejnev
 Doutrina Carter
 Doutrina Dominó
 Doutrina Monroe
 Doutrina Nixon
 Doutrina Truman
 Dualismo
 Duplo Poder
 Dumping

- Ecocídio
 Ecologia Humana Internacional
 Ecologismo/Ecologistas (Movimentos)
 Economia
 Economia Circular
 Economia Dirigida (ou Economia Planificada)
 Economia de Mercado
 Economia Política Internacional (EPI)
 Economia Social de Mercado
 Ecopolítica e Codesenvolvimento
 Ecossistema Digital Nacional
 Efeito Direto
 Efeito Tingsten
 Eleição
 Eleições Primárias
 Elites (Teoria)
 Embaixada ↗ Missão diplomática
 Embargo
 Emenda
 Enclave
 Entente
 Entrada em Vigor das Convenções Internacionais
 Epirocracias
 Epistemologia (Relações Internacionais)
 Equidade
 Erdoğanização
 Erro
 Escola de Frankfurt
 Escola Inglesa
 Escola Tradicional
 Espaço Económico Europeu (EEE)
 Espaço Público
 Espaços Regionais
 Estado ↗ Estado Soberano
 Estado Acreditador e Estado Acreditante
 Estado Antecessor e Estado Sucessor
 Estado Confederado
 Estado Confederal
 Estado de Direito (Rule Of Law)
 Estado de Exceção/Emergência
 Estado Exíguo
 Estado Falhado
 Estado Federado
 Estado Federal
 Estado Frágil
 Estado Limítrofe ↗ Estado Exíguo
 Estado Minúsculo ↗ Potência
 Estado-Nação
 Estado Natural
 Estado Neutral
 Estado Neutralizado
 Estado Pivô
 Estado Pivô Ecuménico (Portugal)
 Estado Protegido e Estado Protetor
 Estado-Providência (Estado Social)
 Estado Recetor ↗ Estado Acreditador e Estado Acreditante
 Estado Regulador
 Estado sem Nação
 Estado Semissoberano
 Estado Soberano
 Estado-Tampão
 Estagflação
 Estalinismo
 Estratégia
 Estratégia Global da União Europeia (EGUE)
 Estrutura Económica
 Ética e Relações Internacionais
 Etnia
 Etnocídio
 Etnonacionalismo
 Euro
 Eurocorps
 Europa 2020
 Europeização
 Fascismo
 Fatores das Relações Internacionais
 Fátua
 Federação
 Feminismo
 Feudalismo
 Finanças Públicas
 Fontes de Direito Internacional
 Forças Armadas
 Fordismo
 Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP)
 Fórum Social Mundial (FSM)
 Francofonia (Comunidade Francófona)
 Fronteira
 Funções Estratégicas
 Fundamentalismo
 Fundamentalismo Islâmico
 Fundo Monetário Internacional (FMI)
 Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
 Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)
 Gabinete Ministerial
 Gabinete Sombra
 Gaullismo
 Genocídio
 Geografia Política
 Geopolítica
 Geopolítica (Métodos)
 Geoestratégia

- Gestão de Conflito
 Gestão Pública
 Glasnost
 Globalização
 Globalização e Democracia
 Golpe de Estado
 Governação Global
 Governação Multinível
 Governamentalidade
 Governança/Governança
 Governança dos Mares
 Governo
 Governo de Gestão (Portugal)
 Governo Local
 Governo Militar
 Governo Mundial
 Grande Espaço
 Grande Potência ↗Potência
 Grandes Debates Teóricos nas Relações Internacionais
 Greenpeace
 Grupo dos Dez (G10)
 Grupo Minoritário
 Grupo de Pertença
 Grupo dos Quinze (G15)
 Grupo dos Sete (G7)
 Grupo dos Setenta e Sete (G77)
 Grupo dos Vinte (G20)
 Grupo dos Vinte e Quatro (G24)
 Grupos de Interesse ↗Lóbi
 Guarda-Chuva Nuclear
 Guerra
 Guerra Fria
 Guerra Justa
 Guerrilha
 Haitianismo
 Hard Power
 Heartland
 Hegemonia
 High Politics/Low Politics
 Hipótese
 História
 História das Relações Internacionais
 Iceberg da Biodiversidade
 Idealismo Internacionalista Liberal
 Ideias (em Relações Internacionais)
 Identidade (em Relações Internacionais)
 Identidade Cultural
 Ideologia
 Igreja
 Igualdade
 Igualitarismo
 Imagem
 Imagem Cultural
 Impeachment
 Imperialismo
 Imposição da Paz
 Impossibilidade Superveniente
 Imunidade Jurisdicional
 Inconfidência
 Independência (dos Estados)
 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
 Indigenato
 Indivíduo ↗Atores das Relações Internacionais
 Informação Georreferenciada
 Iniciativa para as Américas
 Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE)
 Inquérito ↗Resolução Pacífica de Conflitos
 Instalações Consulares ↗Posto consular
 Institucionalismo (Neoliberalismo)
 Institucionalismo Histórico
 Instituição
 Instrumentalismo
 Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (União Europeia)
 Insurgente ↗Insurreto
 Insurreto
 Integração
 Integração Europeia ↗Tratado de Lisboa
 Integração Regional/Regionalismo (Supranacional/Infranacional)
 Interdependência
 Interesse
 Interesse Nacional
 Internet
 Intervenção
 Intervenção Humanitária
 Intervencionismo de Estado
 Investimento Direto Estrangeiro (IDE)
 Inviolabilidade Diplomática
 Irenologia
 Islamismo
 Islão
 Isolacionismo
 Ius Belli
 Ius Cogens
 Ius Legationis
 Ius Tractuum
 Jacobinismo
 Jihad
 Jihadismo
 Jurisprudência
 Jusnaturalismo
 Justiça
 Justiça Penal Internacional
 Laicidade
 Legislatura

- Legítima Defesa (dos Estados)
 Lei
 Lei de Ferro da Oligarquia
 Liberalismo (História)
 Liberalismo (Teorias Liberais em Relações Internacionais)
 Liberdade
 Liberdades Públicas
 Líder Carismático
 Liderança
 Liderança Carismática
 Liderança de Homem/Mulher Comum
 Liderança Política
 Líder de Opinião
 Liga dos Estados Árabes
 Linkage Theory ↗ Modelos de Análise da Política Externa dos Estados
 Liturgia Política
 Lóbi
 Lusofobia
 Magna Carta
 Mala Diplomática e Mala Consular
 Malthusianismo
 Manutenção da Paz
 Maquiavelismo
 Marginalidade Política
 Marxismo
 Masculinidade(s)
 Massas (Sociedade de)
 Materialismo Histórico
 Mediação ↗ Resolução Pacífica de Conflitos
 Mediterrâneo Mundial
 Megalópole
 Melting Pot
 Membros do Pessoal Diplomático ↗ Missão diplomática
 Memorando de Entendimento
 Mercado Comum
 Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)
 Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)
 Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
 Meritocracia
 Método D'Hondt
 Métodos nas Ciências Sociais
 Métodos das Relações Internacionais
 Microestado
 Migrações Internacionais
 Migrações e União Europeia
 Militantismo
 Ministros
 Minoria ↗ Atores das Relações Internacionais
- Missão Diplomática
 Mito Político
 Moção de Censura e de Confiança
 Modelo
 Modelo de Acumulação de Capital Social
 Modelo de Acumulação de Poder Simbólico
 Modelo Comunicacional (Karl Deutsch)
 Modelos de Análise da Política Externa dos Estados (APE)
 Modelo Sociocultural de Política Externa
 Modernidade
 Modificação das Convenções Internacionais
Modus Vivendi
 Monarquia Constitucional
 Monismo
 Movimento de Libertação Nacional
 Movimento dos Não Alinhados
 Multiculturalismo
 Multilateralismo
 Multipolaridade
 Multinacional (Empresa)
 Nação
 Nacionalidade
 Nacionalismo
 Nacional-Socialismo
 Nativismo
 Negociação (em Relações Internacionais)
 Negociação (Princípios da)
 Negociação das Convenções Internacionais
 Negociação Diplomática ↗ Resolução Pacífica de Conflitos
 Negociação Internacional
 Negociação Internacional Assimétrica
 Negócio Internacional
 Negritude
 Neofuncionalismo
 Neoimperialismo
 Neoliberalismo ↗ Institucionalismo (Neoliberalismo)
 Neopatrimonialismo
 Neorealismo
 Neutralismo
 Níveis de Análise
 Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS)
 Nomenklatura
 Normas Internacionais
 Normas Perentórias de Direito Internacional Geral ↗ Ius cogens
 Normativismo
 Norte/Sul
 Notáveis
 Notificação (Direito Internacional)
 Nova Geopolítica

- Nova Ordem Económica Internacional (NOEI)
 Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)
 Novas Tecnologias e Conflitos Nucleares (Armas)
 Nulidade das Convenções Internacionais
 Objeção (Direito Internacional)
 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
 Objetivos Estratégicos e Políticos
 Obrigação Internacional
 Oposição Política
 Orçamento de Estado
 Ordem Internacional
 Ordem Mundial de Informação
 Ordem Política
 Ordoliberalismo
 Organização da Conferência Islâmica (OCI)
 Organização de Cooperação Económica (OCE)
 Organização da Cooperação Económica do Mar Negro (OCEMN)
 Organização de Cooperação de Xangai (OCX)
 Organização para a Democracia e Desenvolvimento Económico (GUAM)
 Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OEACP)
 Organização dos Estados Americanos (OEA)
 Organização Internacional
 Organização Internacional Governamental
 Organização Internacional Não Governamental (OING)
 Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Organização Mundial do Comércio (OMC)
 Organização Mundial de Saúde (OMS)
 Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)
 Organização das Nações Unidas (ONU)
 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
 Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
 Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)
 Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)
 Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (OTAS)
 Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
 Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC)
 Órgãos de Soberania
 Ostpolitik
 Pacifismo
 Pacta Sunt Servanda
 Pacto
 Pacto Andino ↗Comunidade Andina
 Pacto Ecológico Europeu (PEE)
 Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)
 Pacto de Estabilidade para a Europa do Sudeste
 Pacto de Não-Agressão
 Pacto de Varsóvia
 Padrão Histórico da Política Externa dos Estados
 Padrão-Ouro Clássico
 Painel (Técnica)
 Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP)
 ↗Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OEACP)
 Países da Periferia e da Semiperiferia
 Paixões Políticas
 Pan-Africanismo
 Paradigma de Michigan
 Paradoxo de Condorcet
 Paradoxo da Verdade
 Parceria Euro-Mediterrânica (EUROMED)
 Paridade do Poder de Compra
 Parlamentarismo
 Parlamento
 Parlamento Europeu
 Partição ou Partilha
 Participação Política
 Partido Político
 Patrimonialismo
 Patriotismo
 Paz
 Perestroika
 Perito (Expert) e Política
 Persona Non Grata
 Personalidade Internacional
 Pilares da União Europeia
 Pirataria (Marítima)
 Pivot Geográfico da História
 Plataforma Continental
 Plebiscito
 Plenipotenciário ↗Plenos poderes
 Plenos Poderes
 Pluralismo Político
 Pobreza
 Poder Empático das Teorias
 Poder e Ideias (Fatores Materiais e Ideacionais do Poder)

- Poder e Identidade (Construção dos Interesses)
- Poder Institucional
- Poder Político
- Poder em Relações Internacionais
- Poder Simbólico
- Polarização
- Polemologia
- Poliarquia
- Policy Communities (Comunidades de Políticas)
- Politeia
- Política
- Política Comparada
- Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)
- Política Europeia de Vizinhança (PEV)
- Política Externa e Relações Internacionais
- Política Externa e de Segurança Comum (PESC)
- Política Internacional
- Política Social
- Políticas Públicas
- Politização
- População
- População e Relações Internacionais
- Popularidade
- Populismo
- Portugal AIA (Autoritário, Imperial e Autárcico)
- Pós-Colonialismo
- Pós-Modernismo
- Pós-Nacionalismo
- Pós-Verdade
- Positivismo (Filosofia)
- Positivismo/Pós-Positivismo (Explicação Vs. Compreensão)
- Posto Consular
- Potência
- Potencial Estratégico
- Povo
- Povos Indígenas
- Pragmatismo (Sociologia Pragmática)
- Preempção (Ataque Preemptivo)
- Presidencialismo
- Presidente da República
- Primado do Direito Internacional sobre o Direito Interno
- Primeiro-Ministro
- Primeiro Mundo
- Princípio da Atribuição ↗Princípio da Especialidade das Organizações Internacionais
- Princípio das Competências Implícitas das Organizações Internacionais
- Princípio da Especialidade das Organizações Internacionais
- Princípio Maioritário
- Princípio da Relatividade dos Tratados
- Princípios Gerais de Direito
- Privilégios e Imunidades Diplomáticos
- Problemática Agência-Estrutura (nas Relações Internacionais)
- Problemática Metateórica (em Relações Internacionais)
- Processo de Cooperação do Danúbio
- Processo de Liberalização (de Regime Político)
- Produto Interno Bruto (PIB)
- Produto Nacional Bruto (PNB)
- Programa Meda
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Proliferação (Armamento)
- Promessa
- Proteção de Civis
- Proteção Diplomática
- Protecionismo
- Protesto
- Protocolo
- Público
- Quase-Tratado
- Questões Parlamentares
- Racionalidade
- Racismo
- Ratificação
- Realismo (Teorias Realistas das Relações Internacionais)
- Realismo Neoclássico
- Realismo Ofensivo Vs. Realismo Defensivo
- Realismo Político (Tradição Histórica)
- Recessão Econômica
- Recesso ↗Retirada
- Reciprocidade
- Recomendação
- Reconhecimento
- Recursos Políticos
- Referendo
- Refugiado
- Regime Político e Sistema Político
- Regimes Internacionais
- Regionalização
- Regulação Pacífica de Conflitos ↗Resolução Pacífica de Conflitos
- Relações Internacionais
- Relações Internacionais e Ciência Política
- Relações Internacionais e Direito Internacional Público
- Relações Internacionais e Economia Política
- Relações Internacionais e História

- Relações Internacionais e História Internacional
- Religião
- Religião Política
- Renúncia
- Represálias ↗Retorsão
- Representação Comum ↗Acreditação
- Representação Política
- República
- Reserva
- Resolução
- Resolução Pacífica de Conflitos
- Responsabilidade Internacional
- Resposta Flexível
- Retirada
- Retorsão
- Retrocessão
- Revolução
- Rimland
- Riqueza
- Risco
- Rota das Sedas
- Sanção
- Santa Aliança
- Santa Sé ↗Atores das Relações Internacionais
- Schengen (Acordo e Convenção)
- Secularização
- Secessão
- Segundo Mundo
- Segurança
- Segurança Coletiva
- Segurança Humana (Doutrina)
- Segurança Internacional
- Segurança Marítima
- Semipresidencialismo
- Separação de Poderes
- Serviço Europeu para a Ação Externa
- Serviços de Informação
- Sessão Legislativa (Portugal)
- Shatterbelts
- Simbólica Política (Ritos Políticos)
- Sindicatos/Sindicalismo
- Síndrome Cartesiano da Política
- Sinergia do Mar Negro
- Sistema
- Sistema Eleitoral
- Sistema Financeiro
- Sistema de Governo
- Sistema de Integração Centro-Americano (SICA)
- Sistema Internacional
- Sistema Monetário Europeu
- Sistema Monetário Internacional
- Sistema Mundial Capitalista ↗Teoria do Sistema-Mundo
- Sistema de Partidos
- Sistema Vestefaliano
- Situação Colonial
- Soberania
- Socialismo
- Sociedade
- Sociedade Civil
- Sociedade Industrial/Pós-Industrial
- Sociedade Internacional (Escola/Abordagem)
- Sociedade Mundial/Comunidade Mundial (Distinção)
- Sociedade das Nações (SDN)
- Sociedade de Informação
- Sociedade de Ordens
- Sociedade em Rede
- Sociedades Plurais
- Sociologia
- Sociologia Histórica
- Sociologia das Relações Internacionais
- Soft Power
- Sondagem
- Start (Acordos)
- Subdesenvolvimento
- Subsidiariedade (União Europeia)
- Sucessão de Estados
- Sufrágio ↗Direito de Voto
- Sujeito de Direito Internacional
- Supranacionalismo
- Talassocracia
- Talude Europeu
- Taxa de Câmbio
- Taylorismo
- Técnicas e Instrumentos das Relações Internacionais
- Teocracia
- Teorema de Thomas
- Teoria da Estabilidade Hegemónica
- Teoria Funcionalista
- Teoria da Interdependência Complexa
- Teoria dos Jogos
- Teoria da Ofensiva-Defensiva
- Teoria da Paz Democrática
- Teoria da Representação Política
- Teoria do Sistema-Mundo
- Teoria da Transição do Poder
- Teorias Constitutivas
- Teorias Críticas (Ciências Sociais e Humanas)
- Teorias Cosmopolitas Críticas em Relações Internacionais
- Teorias Críticas Feministas em Relações Internacionais

- Teorias Críticas em Relações Internacionais (Aspectos Meta-Teóricos)
- Teorias Críticas em Relações Internacionais (Critical Turn)
- Teorias Críticas em Relações Internacionais (Espaço Crítico Comum)
- Teorias da Dependência
- Teorias Emancipatórias
- Teorias Empíricas
- Teorias da Integração Europeia
- Teorias Liberais
- Teorias Normativas
- Teorias Pluralistas da Democracia
- Teorias Principais em Relações Internacionais
- Terceiro Mundo
- Território
- Terrorismo
- Think Tank*
- Totalitarismo
- Transculturação
- Transitologia
- Tratado
- Tratado de Amsterdão ↗ Tratado de Lisboa (Antecedentes)
- Tratado Sobre Forças Armadas Convencionais na Europa
- Tratado Geral e Tratado Restrito
- Tratado de Lisboa
- Tratado de Lisboa (Antecedentes)
- Tratado de Maastricht ↗ Tratado de Lisboa (Antecedentes)
- Tratado Sobre Mísseis Antibalísticos (ABM)
- Tratado Multilateral
- Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
- Tratado de Nice ↗ Tratado de Lisboa (Antecedentes)
- Tratado Solene
- Tratado da União Europeia ↗ Tratado de Lisboa
- Tratado-Constituição
- Tratado-Contrato
- Tratado-Lei
- Tratados de Vestefália ↗ Sistema Vestefaliano
- Triângulos de Crescimento
- Triângulo Identitário Português
- Tribunal de Contas Europeu
- Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
- Tribunal de Justiça da União Europeia
- Tribunal Penal Internacional (TPI)
- Trilateralismo
- Tripolaridade
- Troca de Instrumentos
- Troca de Notas
- Ultimato
- Unanimidade
- UNESCO ↗ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- União Aduaneira
- União Africana (UA)
- União Económica
- União Económica Eurasiática (UEE)
- União Económica e Monetária
- União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMAO)
- União da Europa Ocidental (UEO)
- União Europeia
- União do Magrebe Árabe (UMA)
- União para o Mediterrâneo
- União Monetária
- União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)
- Unilateralismo
- Unipolaridade
- Uti Possidetis Iuris
- Utopia
- Validade dos Atos Jurídicos Unilaterais
- Validade das Convenções Internacionais
- Vaticano (Estado)
- Verdade Arredondada
- Vestefália ↗ Sistema Vestefaliano
- Veto
- Violação Substancial das Convenções Internacionais
- Violência
- Violência Política
- Violência Simbólica
- Visões do Mundo (em Relações Internacionais)
- Volatilidade Eleitoral
- Voluntarismo
- Voto ↗ Eleição
- Voto em Bloco
- Xariá (ou Shariah)
- Xenofobia
- Xiismo
- Zona de Comércio Livre
- Zona Económica Exclusiva (ZEE)
- Zona Franco
- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

Introdução

1. O Dicionário que agora se dá à estampa constitui o produto final da conjugação de três fatores que importa sublinhar.

O primeiro tem a ver com a necessidade de atualizar e ampliar o *Dicionário de Relações Internacionais*, que registou três edições (2005, 2009 e 2014), sob a coordenação de Fernando de Sousa (e Pedro Mendes, na última edição), sucessivamente esgotadas, a demonstrar assim a sua utilidade e atualidade. Passados sete anos, exigia-se o aprofundamento, atualização e ampliação da obra produzida, num domínio disciplinar que, incidindo especialmente sobre a contemporaneidade, viu surgir recentes vetores de desenvolvimento político-social e novas dinâmicas de interação na política global, incluindo as profundas mudanças e ruturas ocorridas na transição do século XX para o século XXI. Surgiu assim a ideia de se produzir uma obra que englobasse não só as *Relações Internacionais*, mas também a *Ciência Política* e a *Economia Política*.

Em segundo lugar, a inexistência no panorama editorial português de um manual que reúna o vasto conjunto de ideias, doutrinas, técnicas e conceitos fundamentais de duas áreas disciplinares com afinidades teóricas reconhecidas há mais de um século – a Ciência Política e as Relações Internacionais –, que sirva de instrumento de base para os alunos destas duas disciplinas, satisfaça as necessidades de informação científica de discentes e docentes, mas também de todos aqueles que se preocupam com estas áreas, de forma a compreender melhor as profundas transformações que se fazem sentir no mundo de hoje.

Finalmente, a constatação do crescimento assinalável, em especial nas últimas décadas, da oferta formativa de cursos de Relações Internacionais e de Ciência Política nas universidades portuguesas. Numa análise retrospectiva, em Portugal, entre 1975-1998, foram criados 14 cursos em 12 universidades portuguesas, públicas e privadas, quando ainda se procurava desenvolver uma plataforma de estudo estruturado das duas disciplinas. Este número rapidamente aumentou, de tal modo que, em 2018, estavam registados na Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência 70 cursos de Ciência Política e/ou Relações Internacionais, abrangendo os três ciclos de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento), o que mostra o crescimento expressivo que estas áreas científicas tiveram no século XXI.

Com um caminho relativamente longo já percorrido desde a sua inicial e tímida inserção formal na universidade portuguesa – a Ciência Política começa na Faculdade de Direito de Coimbra, com Cabral de Moncada, e as Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, ainda de forma incipiente, assumindo finalmente a sua institucionalização em Braga, primeiro como bacharelato (1975) e pouco depois como licenciatura (1977) –, a Ciência Política e as Relações Internacionais constituem hoje, inegavelmente, campos de estudo académico reconhecidos, com os respetivos âmbitos epistemológicos definidos quanto aos fundamentos, à consistência lógica, à validade das respetivas teorias e à construção de discursos científicos próprios, creditados por um amplo acervo de conhecimento produzido. Nos

nostros dias, é inegável que o estudo, quer da Ciência Política, quer das Relações Internacionais, não se enquadra em nenhuma subárea de qualquer disciplina das Ciências Sociais – ainda que mantenham diálogo com todas elas –, acabando ambas por ganhar autonomia, apresentando objetos próprios. Todavia, por razões práticas e pedagógicas, faz sentido, em Portugal, integrar as duas disciplinas num único Dicionário, até porque existem vários ciclos de graduação que tomaram precisamente essa opção. Apesar das suas diferenças e especificidades, também foi essa a nossa opção neste trabalho; isto é, apesar do respeito pelas suas diferenças, é mais valioso ter uma visão integradora e comunicativa das duas disciplinas

Um dicionário temático especializado constitui uma fonte de informação científica qualificada. O presente dicionário tem como objetivo fomentar e estimular a compreensão dos conteúdos científicos reportados às áreas de ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais, atendendo à identificação e concetualização de temáticas mais ou menos complexas, transversais às duas disciplinas. Por outro lado, num sistema político como o português, fundado em antigas instituições, leis e costumes com séculos de existência, mantiveram-se em curso inúmeras mudanças de maior ou menor complexidade que é importante explicar de forma consistente, sistemática e de acesso imediato. Como sabemos, o conhecimento só pode alcançar-se por uma combinação do estudo do passado com o do presente. As entradas que compõem este dicionário combinam as duas perspetivas de análise: os temas, correntes, doutrinas e conceitos são tratados historicamente, sempre que tal tratamento se justifique e seja absolutamente necessário, mas também são apresentados e desenvolvidos nas suas condições académico-científicas atuais.

Disponibilizando mais de um milhar de entradas, e contando com a colaboração de uma centena de especialistas (professores universitários, investigadores e políticos) oriundos de várias universidades e unidades de investigação portuguesas e estrangeiras, incluindo politólogos, sociólogos, filósofos, juristas, historiadores, geógrafos, psicólogos e antropólogos, procura abarcar todo o espectro multidisciplinar da Ciência Política e das Relações Internacionais, nomeadamente da Filosofia, Sociologia, Política Comparada, Administração Pública, Economia, da organização do Estado e dos seus sistemas, dos Direitos Humanos e da prática política, contendo entradas sobre correntes, doutrinas, instituições e processos políticos, organizações internacionais, conceitos, teorias, metodologias de investigação, etc.

No amplo e sistemático conjunto de textos reunidos, ainda que, na tradição do género, a tendência seja para a síntese convergente, visando proporcionar a compreensão propedêutica de temas e problemas, estes constituem-se também como um convite à leitura aprofundada de trabalhos relevantes e de referência.

Outros dos aspetos importantes que se colocam presentemente à elaboração dos dicionários temáticos e que, naturalmente, tivemos em consideração na elaboração e conceção deste dicionário, reportam à escolha do suporte e do conteúdo. Quanto ao primeiro destes aspetos, a difusão dos meios digitais e, em particular, do sistema de buscas *Google* ou da *Wikipedia*, aparentemente, permitem um acesso instantâneo e absoluto a conteúdos sobre as mais diversas temáticas e matérias, fazendo crer ao leitor ou investigador mais incauto que a conquista e o acesso ao conhecimento crucial e seguro são, hoje em dia, simples. Porém, como sabemos, subsistem problemas relativos à confiabilidade das fontes, para além de questões relacionadas com a solidez dos conteúdos e também a efemeridade de alguns documentos digitais. A publicação em suporte papel continua a garantir maior rigor científico e superior confiança aos leitores. No que se refere a matéria científica, uma edição impressa com editor e autores

credenciados assegura a necessária e indispensável credibilidade e rigor quanto à diversidade de informação e conhecimento compilados.

Um dos desafios mais relevantes com que os coordenadores do volume se debateram correspondeu ao conteúdo autoral das entradas. Tratando-se de um dicionário temático que contou com a colaboração de dezenas de especialistas de diferentes áreas do conhecimento, as questões relativas ao equilíbrio dos textos tiveram que ser convenientemente prevenidas. Os autores prioritários de cada um dos verbetes são especialistas na área do conhecimento, dispendo de capital teórico aprovado pela comunidade acadêmica, sendo igualmente responsáveis por explicar o conteúdo necessário à compreensão das entradas. Como dicionário técnico e especializado em dois ramos do conhecimento que têm partilhado ao longo do tempo técnicas e metodologias de ensino, conteúdos programáticos, bem assim como meios de divulgação das pesquisas, seja em revistas científicas especializadas e sítios na Internet, procurou-se que as entradas fossem elaboradas com recurso a uma linguagem o mais objetiva possível, acessível a qualquer leitor.

2. No mundo ocidental, a Política, como objeto de reflexão intelectual, recua à Antiguidade Clássica, desencadeando uma extensa tradição de estudos do facto político que remonta a Platão e a Aristóteles, trilhando caminho na Idade Média, com Santo Agostinho, São Tomás de Aquino ou Marsílio de Pádua, alcançando a Modernidade com Maquiavel, Thomas Hobbes, Montesquieu e tantos outros. A Ciência Política contemporânea principiou por desbravar os seus próprios caminhos no século XIX, estimulada pela criação da nova ciência social, que emerge no seio da corrente positivista e otimista de Auguste Comte (1754-1836), fundador da Sociologia, para quem a “ideologia” correspondia à “ciência das ideias”, e pouco mais tarde com Henri de Saint-Simon (1760-1825), que, na esteira empirista, sugere que a moral e a política podem ser consideradas ciências positivas, ou seja, disciplinas cuja autoridade científica não resulta de percepções subjetivas, mas de evidências objetiváveis. Comte considerava que a política constituía a física social, competindo-lhe a descoberta das leis do progresso social.

Até ao terceiro quartel do século XIX, em sentido amplo, o desenvolvimento científico da disciplina assentou em duas abordagens distintas: a primeira protagonizada por Alexis de Tocqueville (1805-1859), que analisou a implantação da democracia na América a partir de uma análise dos valores e da cultura norte-americanos; e a segunda, defendida por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), apoiada numa visão materialista e económica do Estado como instrumento de dominação da classe que detém os meios de produção. Posteriormente, o conhecido sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), ao rejeitar a posição marxista, evidencia que as Ciências Sociais não são como as Ciências Naturais, dado que toda a ação humana expressa diferentes dimensões de lealdade (subjetivas) para com os líderes e as instituições. Weber foi o primeiro estudioso da burocracia e competiu-lhe a definição semântica da palavra.

A primeira escola de Ciência Política surgiu em França, a *École Libre des Sciences Politiques* (hoje, Instituto de Estudos Políticos), em 1872, na sequência da crise política e moral devida à humilhação pela derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1872). Em 1895, nasceu a *London School of Economic and Political Science*, e em 1902 é criada a primeira cátedra de Ciência Política na Universidade de Oxford.

Nos EUA, os desenvolvimentos da Ciência Política como disciplina académica estiveram primeiramente associados aos *curricula* de Direito Constitucional, Filosofia Moral e Economia Política, de acordo com a tradição anglo-saxónica. Com efeito, a emergência como ramo disciplinar distinto, nos EUA, deve-se a John W. Burgess (1844-1931),

que fundou a primeira faculdade de Ciência Política na Universidade de Columbia, em Nova Iorque (1882). Esta escola esteve, desde o início, inclinada para o estudo das instituições estatais (conceito, definição, comparação e inferências) e dos factos sociais, por influência do darwinismo e do positivismo de Oitocentos. Desde então, as escolas de Ciência Política prosperaram nos EUA, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial. As missões de manutenção da paz e a preservação ou construção da democracia, em nome da qual o país participara na guerra, para além da hegemonia norte-americana nos recém-criados organismos internacionais, foram elementos que contribuíram para aumentar as necessidades de intervenção de especialistas no desenvolvimento do estudo da política e das análises políticas nacional e internacional.

A designação abrangente de “Ciência Política”, referindo-se a uma área disciplinar eclética, veio a institucionalizar-se, primeiramente nos Estados Unidos, com desdobramentos nos países desenvolvidos da Europa Ocidental, denominações que refletem a natureza multidisciplinar e interdisciplinar no uso plural em francês “Sciences politiques” e no espanhol “Ciencias políticas”.

Atualmente, são numerosas as concepções que norteiam os investigadores, dependendo da orientação teórica e do quadro nacional de origem dos estudiosos. No mundo ocidental, esta disciplina veio lentamente a escalpelizar novos rumos e a autonomizar-se relativamente à História, à Filosofia ou à Economia Política, mas também em relação à Sociologia e ao Direito. Porém, é preciso dizê-lo, o processo de edificação teórica e a definição do objeto de estudo nem sempre foi linear. Inicialmente, o objeto de estudo era o poder político institucionalizado, nos seus aspetos formais, recorrendo ao método histórico-descritivo e ao estudo de caso, como demonstram as obras de Lawrence Lowell, *Essays on Government* ou *Governments and parties in continental Europe* (1896); posteriormente, surgiu a fase behaviourista, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial (1921-1969), com raízes nos trabalhos pioneiros de John Watson, *Behaviorism* ([1913] 1997), e de Arthur F. Bentley, *The process of Government* (1908), pela qual são valorizados os factos observáveis resultantes da interação de grupos como reflexo da vida política. Este autor terá sido pioneiro na abordagem *behaviourista*, sustentando uma visão política como um sistema com modos de atuação próprios e atores em constante interação, onde o Estado surge como mais um componente a considerar, perdendo o tradicional protagonismo.

A interdisciplinaridade entre a Ciência Política e a Sociologia Política trouxe novos temas e problemas a serem explorados: a cultura política, os partidos e organizações de interesse, o comportamento eleitoral, os sistemas políticos, ao mesmo tempo em que ocorre a formação de departamentos e outros aparatos disciplinares que complementam a mudança de paradigma do conhecimento produzido. Na década de 1930, muitos sociólogos europeus e norte-americanos, influenciados sobretudo pelas teorias de Max Weber (Teoria da Burocracia e da Dominação), Émile Durkheim (Teoria Funcionalista) e Vilfredo Pareto (Teoria das Elites) prosperam as vantagens da Ciência Política na utilização de métodos oriundos da Antropologia, Sociologia, Economia e Psicologia Política. Simetricamente, aumentam as preocupações com o rigor científico e a definição dos principais métodos de abordagem, valorizando a quantificação dos fenómenos políticos e o estabelecimento de relações entre eles (método estatístico), assim como o estudo comparado de determinado fenómeno em diferentes espaços e tempos (método comparativo).

O período correspondente à fase afirmativa e de maturidade da Ciência Política (de 1969 aos nossos dias) encontra-se marcado pela abordagem neo-institucional, tendo como pivô de observação e análise o Estado, sustentado contudo numa aproximação

multifatorial e sobreponível à visão tradicional formalista. A perspectiva neo-institucional tem como característica teórica central a síntese epistemológica e metodológica entre o *behaviourismo* e parte do tradicional *institucionalismo*, daí que, entre os seus principais campos de análise, possamos encontrar os comportamentos políticos, a constituição da autoridade democrática e participação política, a sociedade civil e movimentos políticos, os estudos sobre o poder, as elites, Estado, nação e soberania, representação política, burocracia, governo, políticas públicas, cidadania, género, minoria, questão ambiental, entre muitos outros. Pela aproximação às Ciências Sociais, a metodologia é bastante eclética, muito embora com superiores preocupações de rigor e sofisticação, emergindo as análises qualitativas.

Também as Relações Internacionais se afirmaram como disciplina autónoma, tendo como *locus* a sociedade internacional. Na sua origem liberal, o objeto de estudo das RI foi *a paz e a guerra*, nomeadamente as formas de superar a guerra e construir uma estabilidade pacífica internacional através das instituições e regimes internacionais. Assim, foi emergindo uma disciplina da Ciência Política do meio internacional, com um *corpus* teórico autónomo da Ciência Política do meio nacional. Neste contexto, as primeiras instituições de investigação de RI, na tradição anglo-saxónica, surgem no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, o *Royal Institute of International Affairs* (1920) em Londres e o *Council of Foreign Relations* (1921) em Nova Iorque. Contudo, as RI como ciência social autónoma institucionalizam-se, verdadeiramente, no sistema universitário norte-americano. Nos EUA, as RI afirmaram-se devido à necessidade de produzir conhecimento útil para a nova potência líder global, bem como à dupla circunstância política e científica da ascensão do Realismo e da Guerra Fria (Mendes, 2019a). Com efeito, embora a disciplina das RI nasça sobre o signo do idealismo internacionalista liberal de entre guerras, foi a emergente escola realista, sobretudo com a nova ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, que solidificou a disciplina nos EUA com obras fundacionais de grande difusão, nomeadamente de Hans Morgenthau (1948) e de Kenneth Waltz (1959). Foi neste período que os estudos internacionais se focaram na dinâmica competitiva e estratégica de *power politics* dos Estados relacionada com a disputa da Guerra Fria.

Contudo, a visão realista sempre foi contestada por visões alternativas, quer ligadas às abordagens fenomenológicas da análise da política externa (Mendes, 2020b), quer a visões liberais e institucionalistas, como as teorias da integração, quer ainda a visões mais sociológicas, reflexivas e críticas, ligadas ao neo-marxismo, aos estudos da Paz, às teorias emancipatórias ou às perspetivas feministas. Com o desenvolvimento crescente das interdependências da sociedade internacional e consequente globalização, o aumento dos movimentos de integração regional e os estudos críticos do capitalismo e da visão tradicional de segurança ancorada nos Estados, emergem várias teorias das RI que contestam a validade das conceções realistas como forma de explicar as relações internacionais, até porque os Estados deixaram de ser os únicos atores importantes. Para estes teóricos dissidentes do Realismo, desde os liberais, institucionalistas, críticos, construtivistas e outros, é possível existir cooperação entre os Estados, ou até mesmo pensar uma ordem internacional alternativa, onde os Estados já não funcionam na lógica de *power politics*. Isto significa que, mesmo com a existência de conflitos políticos, as relações internacionais podem ser compreendidas não apenas como uma luta constante entre Estados, mas igualmente como uma sociedade internacional em que são possíveis relações de cooperação que superem a guerra e construam uma ordem internacional relativamente estável.

Em síntese, a disciplina das Relações Internacionais continuará a afirmar-se como a ciência social contemporânea mais apta a compreender e explicar *a governança sem*

governo, as sucessivas (re)construções *da ordem internacional*, as dinâmicas *de continuidade e mudança* da política internacional, bem como a crescente *interdependência complexa* que caracteriza o mundo cada vez mais global. Para essa afirmação, a disciplina das RI não pode ficar fechada na sua *torre de babel*, mas antes deve realizar três passos interligados:

- construção de mais e melhores teorias (eccléticas, plurais e inclusivas);
- consolidação da sua autonomia disciplinar, sem prejuízo de um maior diálogo com as outras Ciências Sociais;
- desenvolvimento de uma maior relevância pública e ligação com a prática e o mundo político (Mendes, 2019b).

3. Para além das divisões e clivagens que possam existir, no domínio especulativo, nos métodos de pesquisa e análise entre a Ciência Política e as Relações Internacionais, hoje são reconhecidos centros de interesse comuns a ambas as disciplinas, sobressaindo a questão da guerra, construção da paz e desenvolvimento, terrorismo, segurança, nacionalismo, pobreza, modelos políticos de desenvolvimento, direitos humanos, desigualdade, género, estudos pós-coloniais e etnicidade, numa dimensão de política global.

Duas ideias resultam do que dissemos. Por um lado, é relevante o aprofundamento do diálogo entre as duas disciplinas científicas. Expressão importante deste facto é o crescimento das publicações nacionais e internacionais que comprovam esse diálogo. Ao mesmo tempo, importa realçar a gradual consolidação disciplinar das Relações Internacionais e da Ciência Política em Portugal, em especial a partir de meados dos anos 1990, ganhando densidade nas últimas três décadas. Marco fundamental deste processo foi o aumento significativo do número de cursos de graduação nas Universidades portuguesas, bem como de cursos de pós-graduação, estes sobretudo já no século XXI.

Nesta perspetiva, preocupou-nos menos a erudição, o carácter exaustivo ou demasiado especializado da informação, a discussão teórica aprofundada, os debates “interparadigmáticos” e inacabados, e pelo contrário, mais a definição breve mas rigorosa das teorias, doutrinas e conceitos de base – mesmo sabendo nós que o vocabulário das Ciências Sociais varia de autor para autor e não para de evoluir –, e a pluridisciplinaridade que favorece a comparação e ajuda a descobrir a própria natureza e estrutura das Relações Internacionais e da Ciência Política, no contexto mais amplo das Ciências Sociais e Humanas. Não se trata, portanto, de um dicionário de História das Relações Internacionais ou de um dicionário de Geopolítica e, muito menos, de um dicionário de Política ou de políticos. Trata-se, isso sim, de uma obra didática, generalista, atual, que constitui – assim esperamos – uma iniciação útil, servindo de referência e orientação para os alunos e leitores que pretendam introduzir-se na Ciência Política e nas Relações Internacionais.

No final, apresenta-se uma lista de bibliografia de referência para o estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais – ressalve-se que não se trata da lista exaustiva dos milhares de obras e fontes consultadas pelos autores na elaboração das suas entradas, a qual ocuparia centenas de páginas, não fazendo sentido numa obra com as características atrás enunciadas.

Não temos dúvidas quanto à existência de algumas imprecisões, omissões e lacunas que este trabalho apresenta. Sabemos que existem e que sempre existirão em estudos desta natureza. Deles nos penitenciamos, agradecendo, desde já, a disponibilidade de todos aqueles que tiverem a bondade de nos fazer chegar as suas críticas e sugestões, de forma a podermos corrigir e ampliar esta obra em próxima edição.